

Capítulo 4 – Anti-intelectualismo e negacionismos: apontamentos para uma agenda de pesquisa sociopolítica

José Szwako
Cristina Buarque de Hollanda

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SZWAKO, J., and HOLLANDA, C. B. Anti-intelectualismo e negacionismos: apontamentos para uma agenda de pesquisa sociopolítica. In: FONTAINHA, F., and MILANI, C. R. S., eds. *Coletânea Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023, pp. 123-147. ISBN: 978-85-7511-606-7. <https://doi.org/10.7476/9788575116067.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 4

Anti-intelectualismo e negacionismos: apontamentos para uma agenda de pesquisa sociopolítica

José Szwako

Cristina Buarque de Hollanda

1. Introdução

No Brasil e no mundo, compreender a enxurrada de desinformação e ataques dirigidos a atores e instituições de contenção e combate à crise sanitária da Covid-19 exige um olhar detido para grupos e discursos anti-intelectualistas e negacionistas que se articulam a partir de dentro e de fora do Estado. Grosso modo, é essa a agenda de pesquisa proposta neste capítulo, atento sobretudo ao caso brasileiro.

Sustentamos que a reflexão acumulada nos debates sobre os dois eixos – anti-intelectualismo e negacionismos – lança luz sobre parte expressiva e incontornável da crise atual, que compreendemos como fenômeno ambiental e sociopolítico. Propomos que ambos podem ser entendidos em suas reciprocidades, aproximações e distanciamentos. Observamos também de passagem algumas de suas sobreposições com análises dos conspiracionismos, que escapam aqui do nosso olhar mais detido.¹ Buscaremos investigar as ressonâncias das dinâmicas e disputas travadas não só no sistema político brasileiro, mas também nas interações com e contra atores governamentais e partidários

¹ Para compilações extensas sobre os conspiracionismos, ver Uscinski (2019) e Butter e Knight (2020); para rejeição à ciência de um ponto de vista cognitivista, ver *inter alia* Lewandowsky et al. (2013), Krekó (2015) e Douglas et al. (2017); para um ponto de vista da psicologia social, ver Moscovici (1987).

estabelecidas por figuras abertamente refratárias a instrumentos e operadores formais da política. Desde pelo menos 2013, a legitimidade do sistema político tem sido duramente desafiada, com efeitos de natureza não estritamente conservadora, mas reacionária,² explicitados no golpe de 2016 contra Dilma Rousseff e, mais plenamente, nas eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro (Lynch, 2020).

Neste ensaio, debruçamo-nos sobre o anti-intelectualismo e o negacionismo e esboçamos questões norteadoras para uma agenda sociopolítica de pesquisa sobre eles. Isto é, uma agenda que aproxima ideologia, política e ciência – aqui entendidas como instituições e autoridades científicas, localizando aí também as próprias Ciências Sociais.

O texto organiza-se em quatro seções. Iniciamos com breve reflexão sobre momentos e atores do processo político que, em parte, trouxeram-nos ao abismo de onde precisamos sair. Daí seguimos à investigação do anti-intelectualismo e do negacionismo, nessa ordem e em duas seções consecutivas. Exploramos nelas as linhas gerais para a compreensão de fenômenos que enxergamos e designamos com lentes e categorias exógenas, não nativas, embora elas também nos coloquem problemas – como veremos. Por fim, nas conclusões, além da exposição de nossos limites e dilemas, sintetizamos os principais traços de nossa proposta sociopolítica, nomeadamente, a ênfase nos interesses, nas alianças e ideologias dos atores e conflitos políticos.

2. O reacionarismo pré-2018

A vitória política de Jair Bolsonaro pegou boa parte da sociedade brasileira no contrapé. Embora o capitão reformado reunisse 15% das intenções de voto antes do começo oficial da campanha de 2018, a grande imprensa era cética sobre suas chances de sucesso. Quanto às pesquisas eleitorais, mostraram-se equivocadas. Além de surpreender parte expressiva da mídia, da opinião pública e da sociedade brasileiras, o fenômeno Bolsonaro desarmou também nossas Ciências Sociais. Elas foram, grosso modo, incapazes de antever o último desenlace eleitoral. Na Ciência Política, especificamente, uma visão hiperdimensionada e idealizada do presidencialismo de coalizão e

² Inspirados em Lynch (2020), preferimos “reacionário” a “conservador” e tomamos os termos “reacionário” e “ultraconservador” como sinônimos para designar o aspecto regressivo, radicalizado e moralizante da ideologia de extrema-direita que orienta o governo Bolsonaro e suas bases *online* e *offline*.

da maturidade institucional da democracia na Nova República subestimou o potencial eleitoral de Bolsonaro.³

Se, para muitos, 2018 parecia um raio em céu de brigadeiro, a ascensão anterior de atores e discursos de direita e de suas variações radicalizadas não passou totalmente despercebida aos grupos alheios à euforia progressista dos anos 2000. As direitas brasileiras se mobilizaram e se fortaleceram, por fora das instituições, ao longo dos dois mandatos de Lula (2003-2011). Antes, portanto, do ciclo de protestos de 2013. Deslocados de núcleos de militância tradicional, ativistas adeptos do neoliberalismo em política econômica e de naípe conservador quanto a costumes se viam como *outsiders* da política de corte lulista. Eles não tinham vez nos centros acadêmicos de universidades e tampouco nos espaços formais de desenho e gestão da política. Recrutados a partir de redes como o *Orkut*, estavam legados às margens do sistema político em *think tanks* de feição ultraliberal, como o Instituto Mises Brasil (Rocha, 2018). Embora não tenham sido disparados por forças e razões regressivas, os protestos de 2013 mostravam a ponta de um *iceberg* do descontentamento com políticas inclusivas, a exemplo das cotas raciais nas universidades. O campo patriota revelava-se na cena pública. Ele era composto por organizações e lideranças autointituladas nacionalistas e anticomunistas (Alonso, 2019).

Patriótica ou ultraliberal, essa mobilização nucleada *online* e na sociedade civil foi direta e indiretamente interpelada pela produção intelectual de um pensador de extrema-direita: Olavo de Carvalho. Embora sua maior visibilidade remonte a 2015, quando publicou o *best-seller* *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (Carvalho, 2015), sua trajetória anima e acompanha de perto a consolidação contemporânea do reacionarismo brasileiro. A atuação de Carvalho em mídias e redes sociais data de fins da década de 1990, quando passou a angariar audiência e públicos cativos a partir de *blogs*, cursos *online* e, posteriormente, sites como o *Mídia sem máscara* (Patschiki, 2012). No conjunto de seu vasto leque de ataques e alvos, dentre os quais, destaca-se a universidade pública brasileira,⁴ Carvalho investiu de maneira reiterada contra o que chamou de “hegemonia cultural esquerdista”, que andava de par com o “marxismo cultural” no pós-1988 no Brasil. Sua função como mediador intelectual radical pôde ser testemunhada com saliência em centenas de cartazes Brasil afora, que, nos protestos contra Dilma Rousseff em 2015, exclamavam “Olavo tem razão!”.

³ Ver “CF02: Argelina Figueiredo (Iesp-Uerj) 03/12/2020, 11h15 às 12h15”, 2020.

⁴ Ataques particularmente dirigidos às nossas Ciências Humanas e que, diga-se de passagem, vêm de longa data, tendo sido reunidos pela primeira vez, em 1996, no livro *O imbecil coletivo* (Carvalho, 1996).

No plano institucional, as manifestações políticas abertamente reacionárias têm hoje uma trajetória que remonta igualmente aos governos Lula. Mais especificamente, ao intervalo entre 2009 e 2011, ou seja, desde o lançamento do 3.º Plano Nacional de Direitos Humanos até a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), quando proliferaram tomadas públicas de posição como a do próprio Bolsonaro e de partes das Forças Armadas, clubes militares e outros grupos que gravitavam no seu entorno (Hollanda e Szwako, no prelo). “Revanchismo”, “comissão da meia verdade” e “tribunal de acusação”⁵ foram algumas das categorias de acusação à época lançadas contra a CNV por atores do próprio sistema político,⁶ engrossando as fileiras discursivas do imaginário antidireitos humanos caro às nossas cultura e história políticas (Caldeira, 1991). Não por acaso, foi esse o tom dos protestos que selaram a aliança massiva pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015, com personagens então emergentes na extrema-direita e hoje eleitos. Na cena contemporânea, a orientação regressiva do pensamento de Olavo de Carvalho se combina com a negação dos direitos humanos nas ações do governo Bolsonaro, a exemplo de setores como os de políticas raciais, de gênero e de sexualidade, orientadas agora por parâmetros familistas e pela inversão desafiadora do conceito de direitos humanos, sugerindo a noção de “humanos direitos” (Hollanda e Szwako, no prelo). O caso de Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, é epítome desse fenômeno da influência olavista sobre políticas no governo Bolsonaro.

Como se vê, a emergência de discursos reacionários ou ultraconservadores precede 2018 e remete-nos à cena anterior de interações e ataques entre sistema político e sociedade, mediados por intelectuais e redes sociais profundamente identificados com o repúdio ao que enxergavam como degeneração progressista da política. Analogamente, a compreensão dos negacionismos atualmente em circulação no país pede a compreensão daquele arco de alianças não só entre grupos sociais e políticos ultraconservadores, mas também deles com intelectuais regressivos, a quem tomavam como guia para a cognição do mundo. Assim, para dizê-lo de forma sintética: o negacionismo de hoje é uma extensão radicalizada e reconfigurada do ultraconservadorismo de ontem. Ambos têm aproximadamente uma base – ideológica e sociopolítica – reacionária comum.

⁵ A exemplo, entre tantos outros, O Globo (2010).

⁶ A referência aqui é ao então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, refratário aos termos de criação da CNV aprovados na Conferência Nacional de Direitos Humanos e acolhidos pelo Plano Nacional de Direitos Humanos decretado e depois retificado (justamente como resultado da ação de Jobim e dos então chefes militares das três forças) por Lula.

É, portanto, com referência a essas dimensões (isto é, àqueles grupos, a suas alianças e ideologias) que os ataques às instituições de conhecimento científico e a seus agentes, pesquisadoras e pesquisadores, devem ser entendidos. Embora inspirada na sociologia da ciência, trata-se mais propriamente de uma sociologia política dos conflitos ao redor da ciência. Vejamos, então, como os debates sobre anti-intelectualismo e negacionismos podem ajudar-nos nessa agenda.

3. Faces do anti-intelectualismo bolsonarista

Como o próprio nome diz, o anti-intelectualismo pode ser entendido como um tipo de atitude hostil à vida universitária e ao estilo intelectual de vida nutrido em espaços de formação acadêmica e cultural (Shogan, 2007). Isso significa, por um lado, oposição continuada e sustentada a alguns dos traços mais característicos do *ethos* acadêmico, como o exercício de abstração e o emprego de raciocínio reflexivo e analítico. Por outro lado, e de modo mais concreto, significa a contraposição a encarnações mais evidentes e palpáveis da comunidade científica, ou a partes dela, como instituições acadêmicas, associações ou autoridades científicas.

A referência clássica nesta seara de reflexão é *Anti-intellectualism in American Life* (1963), de Richard Hofstadter. Nessa obra, escrita no rescaldo do macarthismo, Hofstadter trata dos eixos históricos persistentemente encontrados em atitudes e grupos anti-intelectuais estadunidenses: o antirracionalismo, o instrumentalismo e o antielitismo (Rigney, 1991). Menos que oferecer uma conceituação definitiva do fenômeno, Hofstadter enfatiza a justaposição dos três eixos. Se as tendências antirracionais estão mais relacionadas a grupos religiosos do final do XIX, o instrumentalismo constitui um viés marcante das maiores universidades estadunidenses ao longo do século XX. Por instrumentalismo ele denota a busca por resultados imediatos, já destacada por Tocqueville.⁷ Quer dizer, ele observa produções acadêmicas e científicas que desvalorizam práticas e âmbitos do saber reflexivo, com efeitos menos claros, imediatos e supostamente distantes de uma aplicação prática. Quanto ao terceiro eixo, do

⁷ Em *A democracia na América* (Tocqueville, 2005), o francês nota como são, em geral, medianas as ambições intelectuais dos americanos devido à orientação instrumental no mundo, não havendo entre eles o gosto do saber pelo saber. Nessas terras não despontariam grandes inteligências, pois estas não nascem da busca pelo saber aplicado, subordinado tanto ao interesse monetário e industrial como ao alcance de bem-estar.

antielitismo, associa-se à retórica anti-intelectualista das lideranças políticas, religiosas ou político-religiosas que se pretendem pessoas comuns em oposição a uma suposta e arrogante elite do pensamento.

Outra fonte de inspiração para refletir sobre o tema do anti-intelectualismo está nos escritos de Robert Merton sobre ordem social democrática e estruturação institucional da ciência (Merton, 2013a e 2013b). Nesses ensaios, ele observa os modos pelos quais “o anti-intelectualismo questiona o valor e a integridade da ciência” (Merton, 2013a, p. 178). Atento ao fenômeno de enraizamento do nazismo na Alemanha, Merton enxerga, no crescente repúdio à ciência, um “subproduto não intencional” (Merton, 2013a, p. 161) da politização da ciência, relacionado a mudanças na dinâmica política e no credo nacionalista. À *la* Tocqueville, o autor identifica no anti-intelectualismo uma “atitude antiteórica” que reverencia resultados imediatos e utilitários com sua glorificação do homem de ação” (Merton, 2013a, p. 162). O clima anticiência, contudo, não está, para Merton, descolado da própria disposição ambivalente com que os e as cientistas agem no mundo. Tanto o apreço pela ininteligibilidade de objetos e textos científicos como a defesa do saber pelo saber (i.e., da construção do conhecimento como um fim em si mesmo) podem, ambos, fomentar o rechaço da audiência ao redor da ciência. Hofstadter, analogamente, nota a profunda ambivalência que enlaça a defesa intelectual de aspirações “antidireitistas” igualitárias e, numa mesma tacada, a defesa da “torre de marfim” ou, nos termos de Merton, da autonomia de normas institucionalizadas – novamente, cujos efeitos podem ser até mesmo reversos, fazendo com que a defesa de valores e padrões científicos tenha potencialmente efeitos anticientíficos.

No Brasil, o ataque de Bolsonaro à universidade pública brasileira foi encarnação exemplar do ímpeto anti-intelectualista em questão, desde antes da crise pandêmica.⁸ Já em sua campanha eleitoral, o então candidato prometia implementar “mensalidades nas universidades”, fomentando o antagonismo com o ensino superior público em razão de seu caráter elitizado, sem considerar as muitas variações e desigualdades internas que atravessam as universidades.⁹ Imediatamente após as eleições, seus aliados partidários investiram fortemente na defesa e na implantação da chamada Escola

⁸ Os dados relativos a este trecho foram extraídos de *Balbúrdia? Sobre anti-intelectualismo e ativismo científico no Brasil contemporâneo* (Szwako e Sousa, no prelo).

⁹ Para a estratificação e os padrões de acesso desiguais ao ensino superior público, ver Carvalhaes e Ribeiro (2019).

sem Partido em inúmeras cidades por todo o país.¹⁰ Apesar da posição contrária do Supremo Tribunal Federal, tomada apenas em agosto de 2020, a propagação da ideia de que docentes nas universidades e nas escolas fariam doutrinação ideológica ganhou, e segue ganhando, adeptos na sociedade civil e espaço na opinião pública brasileira.¹¹

O caso do Escola sem Partido é emblemático dentro do conjunto das alianças e posturas anti-intelectualistas, pois concentra traços dinâmicos do fenômeno. Ele não apenas ensejou o rechaço de intelectuais (como Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire) e instituições (como escolas, universidades públicas e seus centros estudantis)¹², fomentou também alianças com um tipo de intelectual desligado dos espaços de formação e socialização institucionalizados na vida acadêmica. Daí, portanto, sua identificação estreita com a obra de Olavo de Carvalho, guru intelectual do bolsonarismo, que, em cruzada aberta contra o saber produzido e praticado nas universidades e seus detentores, acusa: é dos “intelectuais [profissionais universitários] que nasce [...] o apelo às drogas: antes de tornar-se um comércio florescente, o vício da maconha, do LSD, da cocaína, foi uma teoria, uma ideologia, defendida por professores do alto das cátedras” (Carvalho, 1999, p. 100).

A veia instrumentalista do anti-intelectualismo vigente é notória em atitudes e falas nas quais, já eleito, Bolsonaro promete, por exemplo, “reduzir verbas para cursos de filosofia e sociologia”.¹³ Nessa mesma fala, declara ainda que os e as jovens deveriam aprender “leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”. De modo interessante, essa aversão a saberes reflexivos, ditos inúteis, não opera de forma isolada. Analogamente a outros países,¹⁴ tal instrumentalismo vem acompanhado de

¹⁰ Pains, 2018.

¹¹ G1, 2018.

¹² Veja-se, especificamente, a fala de Bolsonaro segundo a qual, no “centro acadêmico, é tanta besteira que a gente vê, tem que ir na UnB em Brasília, fui lá em Santa Catarina, o cara... maconha, era camisinha, preservativo no chão, cachaça na geladeira, tudo pichado, parecia um ninho de rato” (Grandelle e Kapa, 2018).

¹³ Bolsonaro, 2019.

¹⁴ Uma comparação entre diferentes casos nacionais de anti-intelectualismo poderia mostrar a força desempenhada por metáforas e ofensas de gênero no arsenal dos ataques a intelectuais. Vejam-se alguns deles listados por Hofstadter: “Hiperemotivo e feminino nas reações diante de qualquer problema [...] Um maria-mole”; “Os intelectuais [...] são [tidos como] pretensiosos, orgulhosos, efeminados e esnobes” (Hofstadter, 1976, p. 13 e 25). Veja-se ainda a oposição de um congressista estadunidense à inclusão das Ciências Sociais no National Science Foundation, em 1946: “O americano comum não quer nenhum

moralidades repletas de imagens e conteúdos de gênero. Tal como os pânico morais engendrados pelo ativismo do Escola sem Partido, que alega proteger crianças dos supostos males da educação sexual, diversas outras medidas, a exemplo da progressiva militarização dos ensinos médio e fundamental, visam à modelagem de corpos discentes (sexuados)¹⁵ dóceis e disciplinados (Ricci 2019) e à confecção de modelos morais de família e sociedade altamente punitivos, hierárquicos e hierarquizados.

Como se nota, a chave interpretativa do anti-intelectualismo é heurísticamente frutífera para iluminar práticas e discursos de reação às ciências, às universidades e, mais amplamente, à educação, sem se restringir a essas realidades e comunidades epistêmicas. Ao mesmo tempo que acena para suas bases de apoio e é por elas aplaudido ao fazer declarações de tom agressivo dirigidas a docentes e à pesquisa, Bolsonaro também dá vazão a seus projetos políticos. Sua postura anti-intelectualista parece ser, portanto, mais do que um elemento de performance pública. Seu anti-intelectualismo nutre e é simultaneamente nutrido por uma visão autoritária de sujeito e sociedade que compõe o rol das disputas contemporâneas pela definição do que a escola e a universidade – públicas, em especial – são e devem ser.

4. Negacionismos: intencionalidades, pistas e mediações

As manifestações anti-intelectualistas contemporâneas se entrelaçam a posturas e empreitadas negacionistas. Nutrem-se delas. Por negacionista entendemos a contraposição *ativa* a consensos científicos relativamente estabelecidos no que diz respeito a achados empíricos ou a lógicas explicativas que sustentam a adequação de tais consensos. Analogamente ao anti-intelectualismo e também a variantes, como os negacionismos histórico e climático, o negacionismo científico é, a nosso ver, mais bem compreendido dentro do processo político, isto é, no bojo dos interesses e alianças entre atores civis e governamentais implicados e das ideias, redes e plataformas tecnológicas

especialista intrometendo-se em sua vida e em seus assuntos pessoais e decidindo por ele como deve viver, e se prevalecer no Congresso a impressão de que esta legislação vai estabelecer uma organização na qual haverá uma porção de muitas mulheres de cabelos curtos e homens de cabelos compridos para se intrometerem na vida e nos assuntos particulares de todo mundo, perguntando-lhes se amam suas mulheres ou não as amam e assim por diante, vocês não vão obter essa lei” (Hofstadter, 1976, p. 46).

¹⁵ Pensamos aqui nos pânico e apelos morais disparados por Damara Alves, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, segundo a qual “menino veste azul, e menina veste rosa” (Folha de São Paulo, 2019).

utilizadas, bem como das instituições e autoridades científicas acionadas ou contestadas nos embates ao redor da ciência.

O negacionismo de Bolsonaro, durante a pandemia do novo Coronavírus, seguiu o ritmo do exponencial agravamento dos números de casos e mortes, sem abalo da disposição consistente de obstruir as medidas de restrição avalizadas por consensos, *experts* e instituições nacionais e internacionais de produção de conhecimento. O enquadramento da doença como “gripezinha” enredou o Presidente em um conflito federativo sem precedentes com governadores e prefeitos que exigiu mediação do STF. Mais ainda: contrariamente aos consensos científicos conquistados aqui como alhures, o negacionismo bolsonarista ganhou uma de suas expressões mais fortes no embate e na consequente deposição de Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (2018-2020), cuja condução programática na crise sanitária se chocava com a do Presidente.

No universo de oposições à ciência e a seus consensos estabelecidos, o negacionismo ocupa, portanto, lugar de relevo. Não responde, contudo, por sua totalidade. Ou seja, algumas atitudes explícitas de oposição a consensos científicos não configuram necessariamente negacionismo, mas podem ser apenas pontuais, dearticuladas entre si e não comprometidas com um programa acusatório. Por contraste, um traço marcante do negacionismo científico, ou de outro tipo, é seu caráter sistemático¹⁶ e deliberado (cf. Proctor, 2008).¹⁷ Para compreendê-lo, é relevante escrutinar atores, interesses e ideologias dos atores econômicos e políticos, via de regra, implicados na oposição ativa a consensos e autoridades.

A chamada “estratégia do tabaco” (Oreskes e Conway, 2011) é um exemplo adequado dos interesses de companhias de cigarro na fabricação e falseamento de relatórios e dados que escamoteavam a conexão empiricamente observada entre fumo e câncer. Na mesma toada, os anos 1980 e 1990 testemunharam estratégia similar para negar o aquecimento global. Oreskes e Conway notam como um pequeno grupo de cientistas, *contrarian scientists*, renomados em suas áreas de investigação, contudo, não

¹⁶ Usamos aqui “sistemático” para denotar a intencionalidade de grupos e agentes ativamente engajados na fabricação de discursos negacionistas. Essa concepção contrasta, portanto, com uma aceção mais psicossociológica da negação entendida como *denial* – ao invés de *denialism*. Como *denial*, o fenômeno é remetido à “organização social da negação” (cf. Zerubavel, 2006), isto é, aos padrões pelos quais, via interação cotidiana, aprendemos a ignorar, evitar e silenciar um conjunto de informações e tópicos, eles próprios ligados a realidades e situações negadas.

¹⁷ Robert Proctor, autor de *Agnotology* (2008), que é o estudo da fabricação da ignorância como algo *deliberately engineered, strategic ploy* ou *active construct*.

experts em climatologia, passou a lançar de forma continuada supostas dúvidas sobre o consenso a respeito do papel humano no aumento global das temperaturas. Em nome de interesses empresariais, e ligados a Ronald Reagan e ao Partido Republicano, tais cientistas projetavam seu anticomunismo nos ataques ao ativismo ambientalista. Conforme Oreskes e Conway (2010, p. 244, tradução nossa), a “estratégia-chave das campanhas [empresariais] para fomentar a dúvida foi criar uma aparência de que as ideias promovidas eram científicas”. No centro do debate público, “cientistas” posicionavam-se, portanto, como fiadores ideológicos do negacionismo, na medida mesma em que as mídias davam vez e voz ao “outro lado” da pretensa controvérsia ao redor do aquecimento global.

Casos como esses nos mostram que o predicado negacionista é inadequado se generalizado e emprestado a qualquer postura questionadora.¹⁸ Antes, são emblemáticos de empreendimentos coletivos movidos por projetos e interesses extracientíficos que, de maneira mais ou menos sistemática e mais ou menos continuada, desafiam a autoridade institucionalizada e, com a ajuda de partes da mídia e do público, conseguem deslegitimar consensos internos às ciências.

Algo análogo ocorreu com o bolsonarismo diante da Covid-19, pois o Presidente não estava sozinho em sua empreitada. Ele contou com apoio de partes das comunidades de médicos, pesquisadores em medicina ou mesmo associações médicas que, não raro, saíram em defesa de tratamentos e alternativas farmacológicas cuja validade científica já fora devidamente criticada.

Assim, longe de expressar uma oposição clara entre dois lados distintos e discerníveis (ciência *vs.* anticiência), a sociopolítica do negacionismo não diz só respeito a interesses extracientíficos, ela é simultaneamente interna às ciências e permeia, portanto, redes e autoridades científicas. Assim, o negacionismo pode ser entendido de modo mais acurado como um gradiente, um *continuum* ciência-anticiência (Nowotny, 1979). Nesse sentido, uma das tarefas de uma agenda de pesquisa centrada nele consiste

¹⁸ Falsamente simples, essa expressão tem dupla implicação. Por um lado, levanta discussões infundáveis sobre se e em que medida noções próximas à ideia de dúvida – tais como incerteza, ambiguidade e o *status* provisório das proposições científicas – ocupam ou não o núcleo distintivo do conhecimento científico. Por outro lado, como veremos adiante, remete aos instrumentos do próprio discurso negacionista ao alçar a “postura questionadora” ou mesmo “crítica” como traço indelével da ciência para afinal negá-la, retorcendo sua lógica (Taguieff, 2001). Para uma análise do caráter interessado e fabricado das *incertezas* nos ataques a ciências e políticas de saúde no contexto estadunidense, ver Michaels (2006). Esse tema será retomado nas considerações finais deste capítulo.

em identificar aquilo que Nowotny chama de “racionalidade social” dos contramovimentos científicos. Dentre os principais contramovimentos, a autora destaca o romantismo anticiência, que vê na ciência um inimigo da natureza, e as pseudociências, que aspiram estatuto científico. Ao afirmar que as reivindicações anticiência e pseudocientíficas, tal como as ciências, são racionalidades sociais, Nowotny quer dizer que “[seus membros] têm razões sociais válidas para sustentar as ideias e crenças que possuem e para se referir a elas como conhecimento, ao endossá-las coletivamente” (Nowotny, 1979, p. 5). Parece ser esse o caso dos negacionismos. Alargando aquele *continuum*, diríamos que os discursos negacionistas ocupam nele o polo oposto ao das ciências institucionalizadas, visto que diferentes atores (leigos ou cientistas) acionam suas racionalidades coletivas, valendo-se do próprio espectro ciência-anticiência (isto é, das ferramentas, explicações e redes científicas disponíveis nesse gradiente) com fins a desafiar e desacreditar consensos científicos.

O diagnóstico de como interesses extracientíficos se reivindicam científicos é crucial para pesquisadores dedicados ao estudo dos negacionismos, em especial, o climático. A radicalidade dessa realidade é de tal porte, que motivações pretensamente científicas – e efetivamente extracientíficas – podem e chegam a se infiltrar nas instituições científicas e prover-lhes financiamento.¹⁹ Ao lado das racionalidades mobilizadas pelos atores em cena, importa entender, portanto, não só as estratégias e performances que fazem as vezes de científicas, mas também o leque das dinâmicas, mais ou menos transparentes, de acesso a posições, estimativas e investimentos públicos e privados em pesquisa, que são parte central da tensão entre autonomia da lógica de produção científica e estratégias científicas negacionistas.

Antes de passar a algumas das camadas e das dimensões que atravessam o negacionismo científico, esboçamos sua circunscrição. Em primeiro lugar, observamos que não é toda e qualquer ciência que está sob ataque. Argumentamos que a fúria negacionista está centrada em desafios a disciplinas, pesquisas e agendas com objetos “transcientíficos” (Eyal, 2019), isto é, objetos situados na fronteira entre política pública e pesquisa sistemática, a exemplo das cotas raciais e da vacinação. Pesquisadoras e pesquisadores são, em casos como esses, empurrados para a difícil posição de construtores e defensores da legitimidade desses objetos/políticas públicas.

¹⁹ Sobre o histórico financiamento da indústria do tabaco, a pesquisa e departamentos de agronomia em parte das universidades estadunidenses de elite, ver Proctor (2011, p. 421-ss).

Julgamos também necessário matizar certo pânico fundado no diagnóstico de crise generalizada de confiança na ciência e no *establishment* político.²⁰ Se, na cena contemporânea, não cabem dúvidas sobre o êxito político de atores e discursos de enfrentamento da ciência, tampouco é razoável supô-los soberanos e incontrastáveis. Razão comumente levantada para sustentar a hipótese catastrofista é uma sobrevalorização do governo e dos constrangimentos por ele impostos às burocracias estatais. Tal visão negligencia o fato de que as burocracias podem ser também operadas como canais de resistência discreta e resiliente. Um exemplo disso se nota em parte do corpo burocrático herdado das gestões Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, afinado com valores e ações de direitos humanos e que vem buscando brechas para agir (ou omitir-se) em face de uma agenda antidireitos humanos (Silva, 2020). Além disso, no contraste com outras instituições e corporações brasileiras, a ciência no Brasil não parece em desvantagem, seguindo, ao contrário, tendências similares às de outros países.²¹

No lugar da premissa de terra arrasada no âmbito da ciência e de seu entorno, que enseja uma leitura de crise *tout court*, sugerimos a análise do conflito político e de como o negacionismo é nele mobilizado, atravessando não só Estado e sociedade, mas também governo, oposição e burocracias e, ainda, no interior de uma mesma instituição oficial. Supomos, desse modo, ser possível readequar o tom do pânico a que nos referimos anteriormente. Na cena nacional, os atores que questionam a ciência de maneira deliberada e renitente convivem e disputam predominância com aqueles que são ambíguos em relação a ela, outros que a questionam pontualmente e, ainda, outros tantos que aderem a seus consensos. Há, portanto, uma miríade de posições sobre a ciência em disputa no xadrez político, e todas se inscrevem em terreno movediço, sem zona estável de conforto.

Ainda que o alcance e a complexidade do negacionismo vigente ultrapassem o fôlego deste capítulo, vamos traçar algumas de suas dimensões e camadas.

No caso brasileiro atual, a maquinaria do negacionismo inclui, como hipótese, lideranças direta ou obliquamente ligadas ao financiamento de esquemas profissionais e especializados de fabricação e difusão de desinformação massiva. Como operam tais financiamentos e quais são seus agentes e valores são questões que deixamos sugeridas a outras pesquisas. No entanto, pista rica para entender como se relacionam e se reforçam

²⁰ A título de exemplo, ver Roque (2021).

²¹ “Afiml, brasileiros confiam ou não na ciência?” (2020).

dinâmicas sociopolíticas e tecnopolíticas pode ser encontrada nas reflexões sobre a variedade de populismos endereçadas ao bolsonarismo. A noção de populismo digital, por exemplo, enfatiza os efeitos discursivos da campanha presidencial de Bolsonaro sobre sua base *online*, sobretudo no WhatsApp, que, especialmente desde o segundo turno de 2018, passou a experimentar uma espécie de relação não mediada com seu líder (Cesarino, 2020). Já a reflexão sobre populismo sanitário, ao cotejar governos Trump e Bolsonaro, lança luz sobre a mobilização de ideias conspiratórias por parte, ambos, em defesa da cloroquina. No caso brasileiro, o aceno performático a uma base religiosa e a fabricação de *fake news* com fins populistas não se restringiram ao Presidente, chegando a pautar a política externa brasileira (Casarões e Magalhães, 2020).

A essa dimensão informacional corresponde um debate hoje dividido entre uma ênfase na desinformação e outra nas *fake news*,²² apesar de ambas, não por acaso, dividirem os mesmos pontos de partida: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos (2017) e a campanha pelo *Brexit* (2019) no Reino Unido. De um lado, as reflexões sobre “desordem informacional” (Wardle e Derakhsan, 2017) insistem que a ênfase indistinta em *fake news* obscurece uma miríade de formas e estratégias de desinformação, calcadas nas diferentes intenções dos comunicadores. Seus autores propõem, então, a diferenciação entre *mis-information*, *mal-information* e *dis-information*, sendo: (i) a *mis-information* o compartilhamento de informações falsas sem intenção de causar danos; (ii) a *mal-information* o compartilhamento de informações verdadeiras dirigido a causar danos; e (iii) a *dis-information* o compartilhamento de informações falsas com o propósito deliberado de causar danos (Wardle e Derakhsan, 2017).

De outro lado, pesquisas de comunicação política especificamente desenvolvidas no Brasil sofreram, não à toa, uma inflexão na eleição presidencial de 2018, quando

²² Outro termo de peso nesse debate tem sido a noção de “pós-verdade”. Enquanto parte dos pesquisadores dos estudos das ciências sociais tendem a afirmar que viveríamos em uma “era da pós-verdade”, esses estudiosos têm sido criticados por sua incapacidade de apontar a diferença entre informação e desinformação, que não é uma falha só intelectual, mas também política e moral (ver Baker e Oreskes, 2017, p. 9). De nossa parte, o afastamento em face de tal noção passa, primeiramente, pela compreensão de que os grupos e redes de extrema-direita não fazem, no escopo por nós analisado em outras reflexões, apelo a ela. Além disso, nosso diapasão sociopolítico demandaria um escrutínio da “pós-verdade” à brasileira, no qual essa noção apareça no bojo das forças e contraforças arregimentadas pelos conflitos no processo político. Fica sugerido a outras pesquisas tal escrutínio, no entanto, é nosso entendimento que tal noção, no Brasil, é muito mais sintomática das pesquisas e das disputas acadêmicas que dos conflitos e ataques contra elas. Observar as regras ortográficas.

o WhatsApp ganhou centralidade nas estratégias de comunicação com eleitores.²³ Enquanto uma parte das pesquisas se alinha àquela ênfase na desinformação (Baptista et al., 2019), outros entendem *fake news* como relatos pretensamente factuais que falsificam ou alteram fatos com fins políticos (Dourado, 2019; Gomes e Dourado, 2019). Para esses autores, importam o teor político da informação disseminada, os padrões de circulação (os nós, as redes e bolhas) e, ainda, a mimetização jornalística, ou seja, se e como a informação difundida faz as vezes de jornalismo – daí a denominação *fake news* (Gomes e Dourado, 2019). Com o propósito deliberado de desinformar para recolher saldo político, o governo Bolsonaro se empenhou, por exemplo, em impulsionar o suposto tratamento precoce da Covid-19.²⁴

Ambas as ênfases trazem vantagens para a agenda de estudos que exploramos e propomos neste capítulo, pois colocam no centro da análise a intencionalidade do disparador (produtor ou circulador) de conteúdo ou os fins almejados. Enquanto a ênfase na desinformação destaca a intenção ou não de causar danos, a segunda vertente enquadra o fenômeno da circulação de *fake news* na disputa política. Nesse sentido, na esteira de Gomes e Dourado (2019), diríamos que, para uma agenda dedicada aos negacionismos, cabe entender a circulação digital de relatos pretensamente científicos, que falsificam ou alteram fatos científicos, com fins extracientíficos – sobretudo, políticos e econômicos.

Outras dimensões associadas a essa camada informacional dizem respeito à dispersão e ao consumo de desinformação na sociedade, bem como ao papel desempenhado pelas mídias nesse cenário todo.

Do mesmo modo que não é qualquer oposição à ciência que merece o rótulo negacionista, as relações entre desinformação e posturas sobre vacina e vacinação, por exemplo, também não admitem uma compreensão estanque. Isso significa que, embora a desinformação de fato estimule a contrariedade em face da vacinação (Tokojima Machado et al., 2020), há um espectro de comportamentos e posicionamentos perante uma determinada medida sanitária (Tokojima e Gitahy, 2020). Além da desinformação, barreiras geográficas, culturais ou mesmo materiais, como no caso estadunidense, também tendem a afastar as pessoas das vacinas, produzindo não uma oposição

²³ Ver Kischinhevsky et al. (2019).

²⁴ Fleck e Martins, 2021.

deliberada, mas formas mais nuançadas e relativas de hesitação e ceticismo que não visam necessariamente desarmar o consenso científico à raiz de determinadas medidas.

Dois aliados teóricos podem ajudar nessa nuance necessária à compreensão das formas de negociação travadas por grupos e pessoas em relação a políticas públicas e pressupostos científicos. O primeiro deles é o *continuum* ceticismo-negacionismo (Dunlap, 2013) concebido para ressaltar que, em se tratando de aquecimento global, há diferenças notáveis entre aqueles que, embora céticos, são abertos à discussão e à evidência e outros que se mantêm em modo de negação completa (Dunlap, 2013, p. 693). Outro aliado fundamental nesta discussão é a, hoje, volumosa produção no âmbito da psicologia cognitiva a respeito de grupos e teorias conspiracionistas com inúmeras implicações para o estudo de negacionismos. Voltaremos a isso adiante.

Uma última camada de relações e representações de especial relevância vem dos aparelhos da mídia. De modo interessante, várias emissoras e grupos jornalísticos da mídia historicamente hegemônica no país assumiram uma posição abertamente antinegacionista e, por extensão, uma postura antigoverno Bolsonaro. Parte importante deles não tem, por ora, reproduzido a lógica midiática na qual, como mostraram Oreskes e Conway (2011), o suposto outro lado cientificamente não qualificado também é chamado para debate. Além disso, algumas mídias, tanto convencionais como alternativas,²⁵ têm produzido no Brasil informação jornalística indispensável à compreensão dos dados relativos à quantidade de mortos e aos níveis de contaminação no país. Contudo, se esse vem sendo o tom comum a inúmeros meios e jornalistas consagrados, essa não foi a postura majoritária em outros momentos nos quais, por exemplo, nosso passado ditatorial foi negado. No contexto da instalação da Comissão Nacional da Verdade, jornais de peso deram voz ao outro lado, isto é, ao lado antidireitos humanos que, em meados de 2011, reunia parte dos mesmíssimos atores e discursos que hoje negam consensos científicos.²⁶ Essa política de atuação das mídias convencionais ganha hoje maior complexidade, uma vez que, em razão dos usos eleitorais das *fake news*, elas voltam a reclamar o papel de tribunas da verdade jornalística (Albuquerque, 2020), pedindo mais estudos específicos sobre política e comunicação.²⁷

²⁵ G1, 2020.

²⁶ A exemplo de Jair Bolsonaro, em artigo de jornal publicado n' *O Globo* pelo próprio Bolsonaro, à época, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (Bolsonaro, 2011).

²⁷ Sobre os limites das pesquisas em internet e política no Brasil, ver Sampaio et al. (2016).

Por fim, ainda sobre essa camada midiática pesa a determinação sociopolítica. Enquanto parte expressiva da mídia brasileira assume hoje o combate ao negacionismo, uma parte minoritária viu na crise pandêmica oportunidade ímpar para endossar as bases de apoio ao Presidente, alargando o escopo dos intelectuais, dos editoriais e dos mediadores da reação anticiência. Exemplo disso pode ser visto em *Algumas lições da pandemia*, editorial de um jornal de extrema-direita.²⁸ Nele, lê-se que o “maior mérito da ciência é ser provisória e ter todas as suas teorias contestadas”, citando ninguém menos do que *Sir* Karl Popper e suas estratégias de falseamento como instrumento científico. Mais uma vez, a ciência é mobilizada para sua negação e, aqui, a noção de falseabilidade, assim como tantas vezes acontece com o recurso à ideia de crítica,²⁹ é retorcida para fazer crer na indistinção entre medidas mais ou menos eficazes e ineficazes no tratamento da Covid-19. A autodefesa negacionista não para por aí. Outro artigo de opinião no mesmo jornal nos explica: o rótulo negacionista é uma espécie de censura, é usado contra quem “discorda de certas opiniões, ou melhor, discorda das opiniões de certas pessoas – justamente as pessoas que ‘estão certas’ porquanto falam em nome da ‘certeza científica’”.³⁰ No repertório negacionista, como se vê, jornais reacionários usam e abusam de categorias científicas, como incerteza, dúvida e crítica.

Poderíamos multiplicar os casos de defesa negacionista da ciência, bem como de ataques anti-intelectualistas a cientistas.³¹ No centro da agenda sociopolítica dos negacionismos, ciência e anticiência não são como blocos nítidos, com linhas rígidas de distinção, mas conformam um gradiente de possibilidades do qual são extraídas as armas da crítica. Estas, reflexivamente, têm-se voltado contra nós. Nas guerras contemporâneas pela ciência e contra ela, destacam-se não só a intencionalidade dos atores, mas também a função de mediação intelectual operada por jornalistas e articulistas e o peso de interesses e ideologias nas estratégias e alianças desses grupos vis-à-vis o financiamento e o negacionismo do governo Bolsonaro.

²⁸ Gazeta do Povo, 2021.

²⁹ Para a hiperatividade crítica do negacionismo histórico do Holocausto, ver Milman (2000, p. 136-ss).

³⁰ Nascimento, 2021.

³¹ Como vimos, os ataques a intelectuais não começaram com a pandemia de 2020. Para um caso exemplar de como as ofensas a cientistas são clivadas por gênero, vejam-se os insultos de Olavo de Carvalho (2021) dirigidos a Debora Diniz.

5. Considerações finais

Bolsonaro e o bolsonarismo desafiaram um importante ponto de confluência nas Ciências Sociais pós-democratização: a expectativa de uma índole inerentemente progressista da sociedade civil. Por muitos anos, permaneceu intocada a premissa de uma sinonímia entre ativismo social e saúde democrática. Nessa perspectiva, o aprofundamento da democracia viria da virtuosidade dos protestos e movimentos, projetada nas cenas pública e política (Szwako e Gurza Lavalle, 2021).

Entretanto, a cena brasileira pós-2013 desorganizou essa cosmologia. Antes de lançar Bolsonaro ao centro da vida política nacional, o bolsonarismo se capilarizou na vida pública e firmou-se como expressão da fadiga com uma imaginada velha política. Se as *fakes news* jorraram do Planalto Central, foi no seio da sociedade engajada e também desencapada dos espaços formais de poder que ela se originou e ganhou fôlego. Foi também dentro e fora do mundo formal da política que grassou o anti-intelectualismo. Atravessando sociedade e governos, ele é, a um só tempo, componente regressivo de uma cultura política difusa na sociedade, alimentada e difundida por grupos na sociedade civil,³² e, também, instrumento de retórica e política oficial, isto é, uma espécie de arma simbólica e eleitoral mobilizada no bojo do conflito político.

Os limites e dilemas da agenda de pesquisa que propusemos neste capítulo são vários. Para lidar com eles, é imprescindível interagir com questões levantadas e respondidas por outras disciplinas. Os leigos, afinal, acreditam ou não em conteúdos negacionistas que são continuamente levados à sua atenção?³³ Sua adesão a *fake news*

³² Os traços culturais socialmente difusos de nosso anti-intelectualismo contemporâneo é, assim, questão premente de pesquisa, da qual não nos ocupamos aqui. Note-se, ainda, que a hostilidade contra intelectuais não é exclusiva de governos de extrema-direita, sendo possível também encontrá-la em populismos de esquerda. Sobre isso, ver “El pensamiento bajo amenaza. Situación de la libertad académica y la autonomía universitaria en Venezuela” (Bolívar, 2017).

³³ A diferença entre pessoas epistemicamente responsáveis e irresponsáveis é a solução oferecida pelo cognitivismo. Veja “[the] opponent of scientific consensus need not be a victim of bad information. An early hominid who thought the earth was the unmoving center of the universe was not in denial; a reasonably well-educated creationist in a contemporary industrialized society who sincerely maintains this belief probably is. Someone like the latter person ought to know better. [...] The fact that the creationist doesn’t ‘know better’ is explained not by the individual’s ignorance but by his or her motives; in the absence of those motives, the individual would accept the truth [...]. Someone who is epistemically irresponsible is intellectually capable of avoiding bias in acquiring beliefs, and/or getting at the root causes of his or her existing beliefs, but doesn’t really want to” (Bardon, 2020, s.p.).

é genuína? Essas questões não podem ser adequadamente respondidas a partir estritamente de um enquadramento de pesquisa como o nosso, centrada nas relações e tensões entre política, ideologia e ciência, mas elas encontram nos saberes *psi* um rico campo de diálogo e inspiração.³⁴ O cognitivismo tem já demonstrado robusta conexão da oposição às ciências com o conservadorismo e dele, com gênero e raça (McCright e Dunlap, 2011) e, com ele, podemos também perguntar como os negacionismos variam ao longo do espectro ideológico estendendo-se, tal como no caso do anti-intelectualismo, às esquerdas. Como as lógicas negacionistas variam entre conservadorismo e progressismo? Ou, em chave psicanalítica, qual a relação entre negação coletiva e negação subjetiva? E, mais amplamente, como as emoções alinham pertencimentos grupal, ideológico e negacionismos? Essas são questões tipicamente abordadas por disciplinas com as quais a análise sociopolítica pode aprender e, quem sabe, vir a contribuir.

Ao lado dessas interpelações ancoradas no campo da psicologia, podemos situar o dilema da hiper-hermenêutica, via Giddens e Merton, para sublinhar os efeitos não antecipados das críticas científicas da ciência. Desde os anos 1970, pelo menos, não tem sido pequena a quantidade de esforços das Ciências Sociais e Humanas para definir a ciência como “intrinsecamente opressiva porque se recusa a tomar conhecimento da legitimidade de perspectivas alternativas”³⁵ (Jewett, 2020, p. 250, tradução nossa). Tal esforço levou, em boa medida, a acertos e avanços epistemológicos, por exemplo, na crítica a noções limitadas de objetividade, bem como na ampliação de formas de conhecimento politicamente relevantes.³⁶ Se, no entanto, o negacionismo é, como vimos, mediado por intelectuais e pelo repertório de categorias científicas, nada impede um efeito perverso, no qual tais críticas próprias do fazer científico podem ser retorcidas como recurso para fins negacionistas. Quer dizer, os próprios estudos (hipercríticos) das ciências têm potencial para servir como fonte intelectual de orientação de grupos e discursos anticiência. Se e como as ciências sociais e humanas têm sido utilizadas para tais fins, é questão de reflexão para pesquisas futuras. Desde já, porém, fica sugerido que não apenas alguns intelectuais críticos têm assumido postura claramente negacionista

³⁴ Para um esboço de cunho psicanalítico sobre “o que nega o negacionismo”, veja Szwako (2020).

³⁵ No original: “intrinsically oppressive because it refused to acknowledge the legitimacy of alternative perspectives”.

³⁶ Sobre as críticas feministas à objetividade, ver Haraway (1995); sobre a relevância do conhecimento produzido por ativistas e movimentos, ver Epstein (1996); para a afirmação de que os movimentos sociais – aí expressamente incluídos os conservadores – podem ser entendidos como teóricos coletivos que produzem conhecimento, embora não de modo sistemático, ver Perissinotto e Szwako (2017).

à la Giorgio Agamben (2020), como também parece haver certo ar de afinidade entre frankfurtianismo e teorias conspiracionistas.³⁷

Em suma, propusemos uma abordagem na qual a interdependência entre partes da sociedade e da política formal fosse relevante para a boa compreensão das dinâmicas de difusão do anti-intelectualismo e dos negacionismos. Nossa agenda, porém, não é somente teórica, pois se inscreve no horizonte das formas alternativas de intervenção e combate aos efeitos nefastos advindos do fenômeno que quer entender. Nessa tarefa prática, não estamos sós, contamos, por exemplo, com a ajuda do *Manual das teorias da conspiração* que visa nos explicar “como identificar os sinais do pensamento conspiratório, além de apresentar uma lista de estratégias efetivas de desmistificação” (Lewandowsky e Cook, 2020, p. 3). Em outra seara, mas igualmente preocupados com o combate à desordem informacional, Wardle e Derakhshan (2017, p. 8) questionam-se: “O que a sociedade civil pode fazer?”. Unidos por um propósito comum, mas afastados pela imaginação sobre os meios acertados para alcançá-lo, não partimos da premissa de uma sociedade civil essencialmente progressista que apenas pecaria por desconhecimento e ingenuidade diante das manipulações de agentes malévolos – e, assim, precisa ser iluminada. Como vimos no caso brasileiro, essa mesma *sociedade* se alia, em medida nada negligenciável, ao governo e a setores da mídia em prol de discursos negacionistas e de desinformação. Parece pouco sensato, portanto, esperar a ação civil e redentora de *brokers* honestos (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 8).

Neste capítulo, esboçamos os traços elementares de uma agenda sociopolítica do negacionismo científico. Se não trouxemos respostas práticas, o realismo implícito em nossa agenda pode, ao menos, propor alternativas teóricas mais realistas para talvez inspirar o combate a discursos e grupos anticiência. Seja como for, analogamente às *fake news* que, bem compreendidas, não são um problema “de comunicação” nem “do jornalismo”, mas um problema político (Gomes e Dourado, 2019, p. 44), também os negacionismos e o anti-intelectualismo não são questão “epistemológica”; bem entendidos, eles estão calcados no conflito político, referidos, enfim, ao conjunto dos atores, interesses e ideologias em jogo nos conflitos pela ciência.

³⁷ Veja-se a paranoia de Jim Marss, ideólogo da extrema-direita estadunidense, formulador de uma ideia que, se elegantemente formulada, poderia ser adorniana: “We [Jim Marrs says] are not aware of these [conspirational] things because precious few recognize that we are being psychologically programmed by a mass media controlled by a mere handful of corporate owners”, citado em Uscinski (2019b, p. 15).

Referências

- Adorno, Sergio. “História e desventura: o 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 5-20, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NGm7p9TXM6QdrJFx45zg5zk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Agamben, Giorgio. “Biossegurança e política”. *Revista Instituto Humanitas Unisinos [online]*, 12 maio 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598847-biosseguranca-e-politica-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- Albuquerque, Afonso. “O discurso das *fake news* e sua implicação comunicacional na política e na ciência”. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 14, p. 184-198, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/re-ciis/article/view/2016>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Alonso, Angela. “A gênese de 2013: formação do campo patriota”. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 1, p. 97-119, 2019. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v8_n1_05_A_genese_de_2013.pdf?fbclid=IwAR1FFQxdnMH3aNbWVdbjzG5AWJG9u-9ZDqGsdBob5lflbCFx90s0I9TCy4c. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Baker, Erik e Oreskes, Naomi. “It’s no game: post-truth and the obligations of science studies”. *Social Epistemology Review and Reply Collective* 6, n. 8, p. 1-10, 2017.
- Baptista, Erica et al. “A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook”. *Lumina*, v. 13, p. 29-46, 2019.
- Bardon, Adrian. *The truth about denial: bias and self-deception in science, politics, and religion*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- Bolívar, Ligia. *El pensamiento bajo amenaza: situación de la libertad académica y la autonomía universitaria en Venezuela*. [S. l.]: Coalición de Cátedras/Centros Universitarios de Derechos Humanos, 2017. Mimeografado.
- Bolsonaro, Jair. “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”. Twitter, 26 abr. 2019, 6:53 am. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713997156425729>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- _____. “Comissão de Retaliação”. *O Globo*, 26 set. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/outra-opiniao-comissao-de-retaliacao-2866269>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Butter, Michael e Knight, Peter (ed.). *The Routledge Handbook of Conspiracy Theories*. Londres: Routledge, 2020.

- Caldeira, Teresa. "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos': desventuras da democratização brasileira". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 30, p. 162-174, 1991.
- Carvalho, Flávio e Ribeiro, Carlos Antônio C. "Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional". *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.
- Carvalho, Olavo de. *O imbecil coletivo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1999 [1996].
- _____. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- _____. "Cientistas sérios". *Brasil sem medo*, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasil-semmedo.com/cientistas-serios/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Casarões, Guilherme e Magalhães, David. "The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug". *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- Cesarino, Leticia. "Como vencer uma eleição sem sair de casa". *Internet e Sociedade*, n. 1, v. 1, p. 92-120, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%C3%A7%C3%A3o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Douglas, K. M. et al. "The psychology of conspiracy theories". *Current Directions in Psychological Science*, v. 6, n. 26, p. 538-542, 2017.
- Dourado, Tatiana e Gomes, Wilson. "O que são, afinal, *fake news*, enquanto fenômeno de comunicação política?". In *Compólitica*, 8. *Anais [...]*. Brasília: Distrito Federal, 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Dourado_Gomes.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Dunlap, Riley. "Climate change skepticism and denial: an introduction". *American Behavioral Scientist*, v. 57, n. 6, p. 691-698, 2013.
- Epstein, Steven. *Impure science: aids, activism, and the politics of knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- Eyal, Gil. "Trans-science as a vocation". *Journal of Classical Sociology*, v. 19, n. 3, p. 254-274, 2019.
- Figueiredo, Angelina. "A Ciência Política e as crises brasileiras". In Encontro Anual AN-POCS, 44, 3 dez. 2020. 1 vídeo (53min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LJsox_1SVkw. Acesso em: 16 dez. 2021.
- Fleck, Giovana e Martins, Laís. "Influenciadores digitais receberam R\$ 23 mil do governo Bolsonaro para propagandar 'atendimento precoce' contra Covid-19". *Agência Pública*, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/influenciadores-digitais-receberam>

- r-23-mil-do-governo-bolsonaro-para-propagandear-atendimento-precoce-contracovid-19/. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Folha de São Paulo. “Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares Alves”. *Folha de São Paulo*, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- G1. “Mesmo sem lei, escola sem partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula”. *G1*, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/05/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.ghhtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- _____. “Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19”. *G1*, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghhtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Gazeta do Povo. “Algumas lições da pandemia”. *Gazeta do Povo*, 7 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/algumas-licoes-da-pandemia/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Gomes, Wilson da Silva e Dourado, Tatiana. “Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia”. *Qualidade no Jornalismo, Democracia e Ética* (1), v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.
- Grandelle, Renato e Kapa, Raphael. “Bolsonaro afirma que tentará ‘aparar’ universidades e critica centros acadêmicos”. *O Globo*, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-afirma-que-tentara-aparar-universidades-critica-centros-academicos-23225592>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Haraway, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- Hofstadter, Richard. *Anti-intellectualism in American life*. Nova York: Alfred Knopf, 1963.
- Instituto Serrapilheira. “Afinal, brasileiros confiam ou não na ciência?”. *Instituto Serrapilheira*, 8 out. 2020. 1 vídeo (66 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SeNG4Zt1ESI&ab_channel=InstitutoSerrapilheira. Acesso em: 16 dez. 2021.
- Jewett, Andrew. *Science under fire: challenges to scientific authority in modern America*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2020.
- Kischinhevsky, Marcelo et al. “WhatsApp audios and the remediation of radio: disinformation in Brazilian 2018 presidential election”. *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, n. 18, v. 2, p. 139-158, 2020.

- Krekó, P. "Conspiracy theory as collective motivated cognition". In Bilewicz, M. et al. (ed.). *The psychology of conspiracy*. London: Routledge, 2015. p. 60-67.
- Lewandowsky, S. et al. "The role of conspiracist ideation and worldviews in predicting rejection of science". *PLoS ONE*, n. 8, v. 10, p. 1-3, 2013. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0134773>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- ____ e Cook, J. *O manual das teorias da conspiração*. Fairfax: Center for Climate Change Communication of George Mason University, 2020. Disponível em: <http://sks.to/conspiracy>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Lynch, Christian. "A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020)". *Revista Insight Inteligência*, n. 89, p. 21-40, 2020. Disponível em: inteligencia.insightnet.com.br. Acesso em: 20 fev. 2021.
- McCrigh, Aaron e Dunlap, Riley. "Cool dudes: the denial of climate change among conservative white males in the United States". *Global Environmental Change*, n. 21, p. 1.163-1.172, 2011.
- Merton, Robert. "A ciência e a ordem social". In Merton, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013a. p. 159-178.
- ____. "Puritanismo, pietismo e ciência". In Merton, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013b. p. 15-62.
- Michaels, D. "Manufactured uncertainty: protecting public health in the age of contested science and product defense". *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1, n. 1.076, p. 149-162, 2006. Disponível em: doi: 10.1196/annals.1371.058. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Milman, Luiz. "Negacionismo: gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual". In Milman, Luiz e Vinentini, Paulo Fagundes. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- Moscovici, Serge. "The conspiracy mentality". In Graumann, Carl e Moscovici, Serge. *Changing conceptions of conspiracy*. New York-Berlin-Heidelberg: Springer-Verlag, 1987. p. 151-169.
- Nascimento, Assis José Couto do. "Negacionistas: quem são? Como vivem?". *Gazeta do Povo*, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/negacionistas-quem-sao-como-vivem/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Nowotny, Helga. "Science and its critics: reflections on anti-science". In ____ e Rose, Hilary (org.). *Counter-movements in the sciences: the sociology of the alternatives to big science*. Boston: Springer Nature, 1979. p. 1-26.
- O Globo. "Militares criticam 'revanchismo'". *O Globo*, 6 jan. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/militares-criticam-revanchismo-em-comissao-da-verdade-3073982>. Acesso em: 20 dez. 2021.

- Oreskes, Naomi e Conway, Erik. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscure the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Nova York/Londres/Oxford/Nova Delhi/Sydney: Bloomsbury Publishing, 2011.
- Pains, Clarissa. “Deputada eleita por partido de Bolsonaro cria polêmica ao pedir que estudantes denunciem professores”. *O Globo*, out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/deputada-eleita-por-partido-de-bolsonaro-cria-polemica-ao-pedir-que-estudantes-denunciem-professores-23195716>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Patschiki, Lucas. *Os leitores da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)* (Dissertação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.
- Perissinotto, Renato e Szwako, José. “Movimentos sociais como teóricos políticos”. *Lua Nova*, n. 102, p. 231-263, 2017.
- Proctor, Robert N. *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: University Press, 2008.
- _____. *Golden holocaust: origins of the cigarette catastrophe and the case for abolition*. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 2012.
- Ricci, Rudá. “Militarização das escolas públicas”. In Cassio, F. (org.). *Educação contra barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107-114.
- Rigney, Daniel. “Three kinds of anti-intellectualism: rethinking hofstadter”. *Sociological Inquiry*, ed. 4, v. 61, p. 434-451, out. 1991.
- Roque, Tatiana. “Negacionismo no poder: crise de confiança e colapso ambiental no Brasil”. *Heinrich Böll Stiftung*, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/03/01/negacionismo-no-poder-crise-de-confianca-e-colapso-ambiental-no-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- Sampaio, R. et al. “A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 21, p. 285-320, 2016.
- Shogan, Colleen. “Anti-intellectualism in the modern presidency: a republican populism”. *Perspectives on Politics*, v. 5, n. 2, p. 295-303, 2007.
- Silva, Michelle. “Once upon a time, a human rights ally: the state and its bureaucracy in right-wing populist Brazil”. *Human Rights Quarterly*, v. 42, issue 3, p. 646-666, ago. 2020.
- Szwako, José. “O que nega o negacionismo?”. *Cadernos da Subjetividade*, n. 21, p. 71-78.
- _____. e Gurza Lavalle, A. “Movimentos sociais e sociedade civil: repensando nossas lentes”. In Avritzer, Leonardo et al. (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. São Paulo: Autêntica, 2020.

- _____. e Hollanda, C. Buarque de. “Beyond human rights against the state: meanings of ‘reconciliation’ and state/society interactions in Brazil (1979-2020)”. Mimeografado.
- _____. e Souza, Rafael de. “Balbúrdia? Sobre anti-intelectualismo e ativismo científico no Brasil contemporâneo”. In Encontro anual da ANPOCS, 45, 19 a 27 out. 2021.
- Taguieff, Pierre-André. *The force of prejudice: on racism and its doubles*. London/Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.
- Tocqueville, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Tokojima Machado, Dayane e Gitahy, Leda. “Combate à desinformação e divulgação científica exigem ciência”. *Observatório da Imprensa*, ed. 1.111, 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/combate-a-desinformacao-e-divulgacao-cientifica-exigem-ciencia/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- _____. et al. “Natural stings: selling distrust about vaccines on Brazilian YouTube”. *Frontiers in Communication*, v. 5, p. 1-9, 2020.
- Uscinski, Joseph (ed.). *Conspiracy theories and the people who believe them*. Nova York: Oxford University Press, 2019a.
- _____. “Down the rabbit hole we go”. In Uscinski, Joseph (ed.). *Conspiracy theories and the people who believe them*. Nova York: Oxford University Press, 2019b.
- Wardle, C. e Derakhshan, H. “Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making”. *Council of Europe Report*, n. 27, p. 1-107, 2017.
- Zerubavel, Eviatar. *The elephant in the room: silence and denial in everyday life*. Oxford: Oxford University Press, 2006.